

**Em defesa da Agenda 2030  
Contra a PEC 241 (PEC 55)**



*Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade (...) Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas (...) buscam concretizar os direitos humanos de todos (...) Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.*

*(Preâmbulo, Agenda 2030).*

## EDITORIAL

Em setembro de 2015, os Países Membros da ONU aprovaram, por unanimidade, o documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*.

O documento, também conhecido como *Agenda 2030*, repactuou os compromissos desses Países com a manutenção e a ampliação dos avanços atingidos, de 2000 a 2015, com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e lançou o desafio mundial de erradicar a extrema pobreza, até 2030.

Para isto, a Agenda 2030 convoca os Países e a sociedade civil a participarem ativamente da implantação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que buscam o equilíbrio entre as esferas econômica, social e ambiental.

A Rede ODS Brasil é um coletivo suprapartidário que promove diálogo intersetorial pautado nos Direitos Humanos e na Agenda 2030, fomentando a participação social para que esta qualifique a elaboração, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas alinhadas à Agenda 2030, assegurando o desenvolvimento humano, econômico, social, cultural e ambiental do país, de forma sustentável.

Para isto defende: os Direitos Humanos; a igualdade (racial, geracional, de gênero e orientação sexual) e a justiça social; a aplicabilidade do Marco Legal da laicidade do Estado; o reconhecimento dos direitos dos grupos historicamente excluídos da sociedade; o desenvolvimento que equilibre as esferas econômica, social e ambiental, valorizando as práticas e saberes dos povos originários e dos povos e comunidades tradicionais; o Estado Democrático de Direito; o fortale-

cimento da Democracia Participativa. Tendo como referência a Constituição Federal de 1988 (CF/88), a Agenda 2030 e demais Protocolos Internacionais de Direitos Humanos.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) N° 241 - apresentada pelo Presidente Temer como solução para a crise econômica e que está em tramitação no Congresso Nacional - promove o desequilíbrio entre as esferas econômica e social. Ela desmonta o Estado de Bem-Estar Social (Art. 3° da CF/88) e, consequentemente a Seguridade Social (Art. 194 da CF/88); viola Protocolos Internacionais de Direitos Humanos (como o *Protocolo de São Salvador*); e privilegia gastos com a dívida pública, em detrimento a gastos que assegurem os direitos fundamentais dos cidadãos.

Baseada no exposto, a Rede ODS Brasil é contra a PEC 241 (agora tramitando como PEC 55 no Senado) por configurar a inviabilização da Agenda 2030.

**Informativo da Rede ODS Brasil**

**Edição 11, Novembro de 2016**

Redação: Patrícia M. Menezes

Editoração: Patrícia M. Menezes

Tiragem: Mensal

Distribuição: Gratuita

Disponível em:

<https://issuu.com/redeodsbrasil>

Comentários e sugestões:

[redeodsbrasil@gmail.com](mailto:redeodsbrasil@gmail.com)

## Não à PEC 241 (PEC 55)

Em junho de 2016, o então Presidente Interino Michel Temer apresentou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) N° 241, propondo que o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) seja alterado ao instituir um novo Regime Fiscal para o país.

Este novo Regime determina que o limite das despesas primárias terá por base o valor limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do IPCA (publicado pelo IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de janeiro a dezembro do exercício imediatamente anterior).

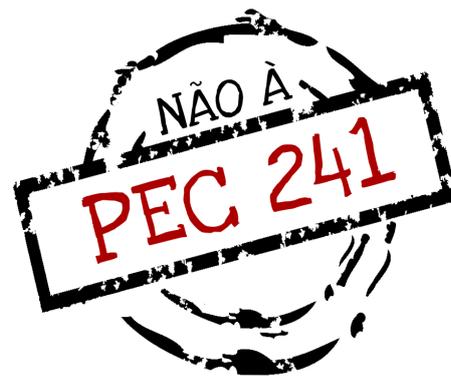
Isto significa que o planejamento orçamentário das despesas primárias - políticas públicas que asseguram direitos sociais, como: Saúde, Previdência Social, Educação, Assistência Social - levará em consideração apenas a variação inflacionária e não as necessidades da população.

Além de inviabilizar o aumento real dessas despesas, tanto de forma absoluta (acompanhando o aumento das receitas devido ao crescimento econômico), como de forma relativa (aumentando o percentual do PIB, via tributação, destinando para o bem-estar social), a PEC 241 ainda congela seus gastos por 20 anos, permitindo apenas uma correção na forma de atualizar o limite de gastos, após 10 anos, por Projeto de Lei do Executivo.

Esse mecanismo de congelamento de gastos públicos parte da falsa premissa de que a crise fiscal é decorrência do crescimento destes gastos estarem vinculados a receita.

Durante os anos de 2003 a 2012 houve aumento de ambos, junto com a formação de elevados superávits.

De certa forma, o próprio gasto público é indutor da atividade econômica, que por sua vez, dá origem a ar-



recadação de tributos e fomento a receita pública.

A crise econômica iniciada em 2015 tem origem em um complexo de fatores particulares desta conjuntura, e não a perspectiva pura e simples do aumento do gasto público (que na realidade é elemento, em si, de combate à recessão).

Vale lembrar que, segundo vários estudos e análises realizados pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública, o endividamento do Estado brasileiro traz fortes indícios de irregularidades ou fraudes, de tal modo que eventuais amortizações não cumprem, efetivamente, o papel de diminuir a dívida pública, cujos serviços consomem quase metade do orçamento federal, logo, sendo o principal gargalo do equilíbrio financeiro do Estado. Com isso, a ser devidamente comprovado por uma séria e profunda auditoria, há a suspeita de existência de um verdadeiro sistema fraudulento de espoliação de recursos públicos, a favor da classe rentista.

Ocorre que a CF/88 preceitua como objetivos fundamentais do país: a construção de uma sociedade livre, justa e soli-

dária; o desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização; a redução das desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Para isto o Art. 194 da mesma Carta Magna instituiu a Seguridade Social, ou seja, um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social, visando a promoção de uma sociedade baseada no Bem Estar Social.

No entanto, a PEC 241 impacta diretamente a Seguridade Social e os Direitos Humanos.

Ela desmonta o Estado de Bem Estar Social previsto na CF/88 e instaura o Estado Mínimo no que diz respeito às necessidades da população, e máximo, no que diz respeito à sustentação do sistema financeiro, via pagamentos crescentes dos serviços da dívida pública.

Sendo assim, a PEC 241 atende aos interesses do Neoliberalismo. Doutrina econômica que vem ganhando força na América Latina, fomentada pela polarização política e pelo crescimento de movimentos conservadores - e em alguns casos pelo militarismo - e que tem como objetivo a proeminência dos mercadores (em especial, na sustentação nas suas taxas de valorização de capital) em detrimento das necessidades humanas.

Este realinhamento Neoliberal tem como objetivo reavivar uma política interna que

atenda aos interesses das potências capitalistas e que foi interrompida com os mecanismos de integração regional criados pelos governos progressistas Latino Americanos, nos últimos 15 anos.

#### **Edi Augusto Benini**

Professor da Universidade Federal do Tocantins (Núcleo de Economia Solidária - NESol / UFT)

Associado Efetivo e Fundador da Associação de Apoio a Construção de um Sistema Orgânico do Trabalho Associado (Via SOT)

#### **Patrícia M. Menezes**

Servidora Pública da Prefeitura de Barcarena/PA

Presidente da Associação de Pós-Graduandos do Centro Universitário de Brasília (APG UniCEUB)



**REDE ODS BRASIL**

**#ContraPEC55**

**Conheça os Princípios e Valores  
da Rede ODS Brasil**

[www.migre.me/t1ONQ](http://www.migre.me/t1ONQ)

## O ciclo vicioso da Dívida Pública

Do ponto de vista conceitual, a Dívida Pública Brasileira é assim designada pela Secretaria do Tesouro Nacional: “É a dívida contraída pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do Governo Federal, nele incluído o refinanciamento da própria dívida, bem como para realizar operações com finalidades específicas definidas em lei”.

A contração da Dívida Pública tem a prerrogativa primeira de complementar os recursos da União, Estados e Municípios, visando financiar as ações destinadas ao bem estar social, com investimentos na saúde, educação, segurança pública, etc. Todavia, ao longo do tempo, essa prerrogativa perdeu o sentido, sendo hoje a Dívida Pública um verdadeiro sistema que alimenta o mercado financeiro em detrimento da sociedade.

Mas a quem o governo deve?

A entidades do setor público e privado, em especial aos bancos brasileiros, sobretudo os privados. Há ainda os investidores individuais que aplicam recursos nos mais diversos fundos de investimentos existentes, além de instituições internacionais como o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Partindo do conceito da Dívida Pública oferecido pelo Tesouro Nacional, os recursos contraídos pela União, Estados e Municípios, que deveriam, em tese, complementar o financiamento social, acabaram por desenvolver um ciclo vicioso de pagamentos de juros elevadíssimos que apenas beneficiam os credores da Dívida Pública.

O gigantesco passivo que aproxima-se de R\$ 1 trilhão não produz efetivamente nada de impacto social, deixando para a sociedade brasileira o ônus do pagamento exorbitante de juros, para permitir que a roda gigante da Dívida Pública continue girando e enriquecendo os bancos.

Assim, entendo ser inadiável um debate franco e questionador sobre os fatores que levaram o País a cair nessa armadilha chamada Dívida Pública.

Um dos caminhos possíveis seria uma auditoria da Dívida Pública, instrumento que está consagrado na Constituição Federal de 1988 e que nunca foi posto em prática.

A auditoria poderá ajudar a compreender como o Brasil chegou a essa condição de refém do sistema financeiro e descobrir muitas irregularidades, a exemplo da contabilização dos juros como amortização.

Enfim, é preciso rever a atual política monetária que irriga o sistema da Dívida Pública com juros absurdos.

Também é urgente criticar os parâmetros da política fiscal que penaliza a população que paga seus impostos para o governo fazer déficit primário com o único objetivo de pagar o serviço da dívida em detrimento das contrapartidas sociais.

Será que essa dívida é de fato nossa?

**Prof. Enio Pontes de Deus**

Secretário-Geral do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC)  
Coordenador Estadual do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida / CE



## Nota Pública sobre a implantação da Agenda 2030 no país

A Rede ODS Brasil manifesta sua preocupação em relação a: diversas medidas anunciadas e/ou implantadas pelo Governo Temer; e Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição em tramitação no Congresso Nacional que inviabilizam a implantação da Agenda 2030 no país e violam diversos Protocolos Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil. Conforme exposto nos informativos de Junho, Julho, Setembro e Outubro.

Em tempos de polarização política, é válido destacar que a Rede ODS Brasil é um coletivo supra-partidário, ou seja, seu interesse é promover e assegurar: os direitos fundamentais previstos na CF/88 e os Direitos Humanos, contribuindo desta forma, não apenas com a democratização da Agenda 2030 no país, mas com sua implantação efetiva.

Edições disponíveis em <https://issuu.com/redeodsbrasil>



# I Encontro Nacional da Rede ODS Brasil

O I Encontro Nacional da Rede ODS Brasil ocorreu no dia 6 (manhã e tarde) e 7/10 (manhã), em Fortaleza / CE.

O Encontro teve como objetivo principal “potencializar a construção de uma agenda de convergência entre os membros da Rede ODS Brasil, norteada pela Agenda 2030” (Diretriz da Rede ODS Brasil).

Respeitando seu fundamento da gestão compartilhada e reconhecendo a dificuldade encontrada por muitos integrantes em conseguir apoio financeiro para o deslocamento até Fortaleza, a Rede ODS Brasil buscou alternativas para que aqueles que não puderam se fazer presentes, pudessem contribuir e participar de alguma forma.

Sendo assim, todos os cadastrados na Rede ODS Brasil tiveram um prazo para enviar propostas.

Estas foram inseridas no *Documento de Referência do I Encontro Nacional da Rede ODS Brasil*.

O *Documento de Referência* era composto por: uma breve contextualização sobre as Agendas de Desenvolvimento da ONU e a criação da Rede ODS Brasil; a *Carta de Princípios* da Rede ODS Brasil e seu *Modelo Organi-*



zacional; um glossário; compilação das propostas de atuação e organização da Rede ODS Brasil, aglutinadas por Diretrizes da Carta de Princípios.

Seu conteúdo proporcionou o nivelamento entre os participantes e qualificou os debates, que foram transmitidos ao vivo.

O Encontro registrou a presença de 30 participantes, oriundos de 8 estados (AM, CE, ES, PA, PB, PI, RJ, RR).

O Encontro foi realizado seguindo o Princípio da Abundância:

O Instituto Primeira Infância (IPREDE), ofertou a este coletivo a estrutura física necessária para a realização da atividade;

O Instituto Nordeste Cidadania (INEC) ofertou o transporte para o traslado hotel - IPREDE - hotel e almoço para os 2 dias;

A Prefeitura de Barcarena / PA ofertou um kit personalizado com bolsa de algodão, bloco de anotações e caneta.

## DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS (SÍNTESE):

- Ratificação da *Carta de Princípios*, aprovada em janeiro de 2016.
- Ratificação do *Modelo Organizacional*, aprovado em fevereiro de 2016.
- Ratificação da obrigatoriedade do *Cadastro Online*, aprovada em fevereiro de 2016 e que configura a aceitação à *Carta de Princípios* e ao *Modelo Organizacional* da Rede ODS Brasil.
- O cadastro passa a representar o interesse em participar da Rede ODS Brasil.
- Serão definidos níveis de atuação entre os cadastrados.
- Considera-se como *Membro* a instituição cadastrada que – além de adotar a *Carta de Princípios*, o *Modelo Organizacional* e a *identidade visual* da Rede ODS Brasil – atua efetivamente em rede, ou seja, interage com os demais integrantes, trocando experiências e desenvolvendo ações colaborativas; registra a realização de suas atividades, demonstrando de que forma contribui com a implementação da Agenda 2030.
- Criação do Grupo de Trabalho para aprimoramento do *Cadastro Online*.  
  
Não há limite de participantes, sendo aberto aos demais integrantes da Rede que tenham interesse e disponibilidade em colaborar.
- Criação do Grupo de Trabalho para concepção de *Oficinas* sobre a Agenda 2030.  
  
Não há limite de participantes, sendo aberto aos demais integrantes da Rede que tenham interesse e disponibilidade em colaborar.
- Criação da *Comissão Nacional de Articulação da Rede ODS Brasil*, constituída por:  
  
Associação Roraimense pela Diversidade Sexual (Grupo DiveRRsidade) / RR, representada por Roberto Moraes  
  
Centro de Ação Comunitária (CEDAC) / RJ, representado por Rosa Alvarenga  
  
Grupo de Estudo e Pesquisa em Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade Urbana, Rural e Ambiental (SURA-CNPq/UFCG), representado por Ricélia Sales  
  
Grupo Especializado em Tecnologia e Extensão Comunitária (GETEC) / PB, representado por Tarcísio Costa  
  
Instituto Nordeste Cidadania (INEC) / CE, representado por Nágela Costa  
  
Portal dos Movimentos Sociais (MOVSOCIAL) / PB, representado por José de Arimatéia França  
  
Prefeitura Municipal de Barcarena / PA, representada por Patrícia Menezes  
  
Rede Nacional de Colegiados Territoriais, representada por Márcia Dornelles  
  
Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio (SINTEC) / ES, representado por Telmo Sodré Filho
- A Comissão terá vigência até o próximo Encontro Nacional da Rede ODS Brasil, que ocorrerá em junho de 2017, em data e local a definir.

## **PARTICIPANTES:**

- Associação Civil Germinar / PB
- Associação Roraimense pela Diversidade Sexual (Grupo DiveRRsidade) / RR
- Auditoria Cidadã da Dívida / CE
- Centro de Ação Comunitária (CEDAC) / RJ
- Centro de Apoio às Atividades Populares (CAAP) / PB
- Comitê de Energia Renovável do Semiárido (CERSA) / PB
- Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional / AM, PB
- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) / AM
- Governo do Estado do Piauí / PI
- Grupo de Estudo e Pesquisa em Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade Urbana, Rural e Ambiental (SURA-CNPq/UFCG) / PB
- Grupo Especializado em Tecnologia e Extensão Comunitária (GETEC) / PB
- Instituto Nordeste Cidadania (INEC) / CE
- Portal dos Movimentos Sociais (MOVSOCIAL) / PB
- Prefeitura de Barcarena / PA
- Prefeitura de João Pessoa / PB
- Prefeitura de Pacoti / CE
- Prefeitura de Pombal / PB
- Prefeitura de Vitória / ES
- Rede de Mulheres Empreendedoras Sustentáveis (REMES) / CE
- Rede Nacional de Colegiados Territoriais
- Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC) / CE
- Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio (SINTEC) / ES
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB) / PB
- Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-Campus Pombal) / PB

## QUEM NÃO PODE IR, MAS ENVIOU PROPOSTAS PARA O DOCUMENTO DE REFERÊNCIA?

- Associação de Apoio a Construção de um Sistema Orgânico do Trabalho Associado (Via SOT) / TO
- Coletivo Curitiba Lixo Zero / PR
- Grupo de Pesquisa Resíduos e Meio Ambiente (CNPq/UNOESTE) / SP
- Instituto Lixo Zero / PR
- Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins (NESol / UFT) / TO

## 9ª Edição do Fórum IEP de Sustentabilidade

Na tarde do dia 7, a Rede ODS Brasil participou, na condição de convidada, da 9ª Edição do Fórum IEP de Sustentabilidade.

Este momento teve como objetivo atender a diretriz “dar visibilidade e apoiar as ações desenvolvidas pelos membros da Rede ODS Brasil, fortalecendo-os”.

Para isso, foram apresentadas práticas exitosas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

### • Projeto Prosseguir

Instituto Nordeste Cidadania (INEC) / CE

### • Energia Renovável no Semiárido

Associação Civil Germinar / PB; Comitê de Energia Renovável do Semiárido (CERSA) / PB; Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-Campus Pombal) / PB

### • Melhoria da Nutrição

Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) / PB

### • Planejamento Governamental e as Agendas de Desenvolvimento da ONU

Prefeitura Municipal de Barcarena / PA; Prefeitura Municipal de Pombal / PB

### • Reciclagem de resíduos sólidos em Bonito de Santa Fé / PB

Grupo Especializado em Tecnologia e Extensão Comunitária (GETEC) / PB; Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

### • Sistema de Indicadores e a organização de Observatórios Municipais: um olhar intramunicipal dos ODS

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-Campus Pombal) / PB

### • SPA Empreender: Incubadora de Beleza

Prefeitura Municipal de Pombal / PB

### • Projeto Onde Plantei

Centro de Apoio às Atividades Populares (CAAP) / PB

## I Seminário Regional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, no Médio Piranhas / PB

No dia 21/10, foi realizado o *Seminário Regional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, em Pombal / PB.

O Seminário reuniu os 16 municípios que compõem a Região do Médio Piranhas, no sertão paraibano: Belém do Brejo do Cruz, Bom Sucesso, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Cajazeirinhas, Catolé do Rocha, Jericó, Lagoa, Mato Grosso, Paulista, Pombal, Riacho dos Cavalos, São Bentinho, São Bento, São Domingos e São José do Brejo do Cruz

E foi promovido por: Centro de Educação Integral “Margarida Pereira da Silva” (CEMAR); Prefeitura Municipal de Pombal; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Projeto Empoderar, Rede ODS Paraíba; Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A Prefeitura de Pombal apresentou: o *Projeto Empoderar* - executado pelo CEMAR e financiado pela União Europeia - que tem como objetivo promover a emancipação de pessoas em estado de vulnerabilidade social, especialmente as famílias de comuni-

dades tradicionais. E sua experiência na municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), destacando a necessidade de fortalecer a democratização da Agenda 2030 nos municípios que compõem a Rede ODS do Médio Piranhas.

O PNUD e a UFPB fizeram uma exposição sobre a Agenda 2030, destacando a importância de sua localização.

A Rede ODS Brasil expôs seus Princípios, Modelo Organizacional e ações desenvolvidas.

Já o Centro de Apoio às Atividades Populares (CAAP) / PB apresentou o *Projeto Onde Plantei*, que tem apoio da Rede ODS Brasil.

Após o encerramento do evento, os participantes plantaram mudas de árvores em áreas públicas da cidade.

A Rede ODS Brasil foi representada por: Associação Civil Germinar; Centro de Apoio às Atividades Populares (CAAP); Central Única dos Trabalhadores (CUT) / PB; Centro de Educação Integral “Margarida Pereira da Silva” (CEMAR); Comitê de Energia Renovável do Semiárido (CERSA); Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional / PB; Grupo Especializado em Tecnologia e Extensão Comunitária (GETEC-UFPB); Portal dos Movimentos Sociais (MOVSOCIAL); Prefeitura de Pombal; Rede Nacional de Colegiados Territoriais.

OBSERVATÓRIO REGIONAL DO MÉDIO PIRANHAS  
Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis

### CONVITE

#### I Seminário Regional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

A **Prefeitura Municipal de Pombal** e **Rede ODS Pombal** em parceria com o Centro de Educação Integral Margarida Pereira da Silva - **CEMAR**, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - **PNUD** e o Departamento de relações Internacionais da **UFPB**, tem a honra de convidar Vossa Senhoria/Excelência para participar do **I Seminário Regional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS**.

**OBJETIVO:**  
Apresentar a agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conhecer cada objetivo, suas metas e seus grandes eixos e discutir a implementação da agenda na região.

**DATA:** 21 de outubro de 2016  
**HORÁRIO:** 13:30h  
**LOCAL:** Centro Municipal de Educação

**Yasnaia Pollyanna Werton Dutra**  
Prefeita de Pombal

**Realização:** Prefeitura de POMBAL

**Apoio:** REDE ODS POMBAL, CEMAR, empoderar, PNUD, UFPB

## Semana Curitiba Lixo Zero 2016

A relação humana com o meio ambiente é um dos temas mais importantes de nossa atualidade. Em todo planeta presenciamos os efeitos do consumismo que gera milhões de toneladas de resíduos diariamente e que afeta a qualidade de vida da sociedade e ambiente como um todo.

Entender este problema e partir para a ação, é fundamental para encontrar soluções. E é nisso que a Semana Lixo Zero é baseada: em demonstrar as soluções e boas práticas existentes em Curitiba sobre o assunto Resíduos Sólidos.

Em sua 3ª edição em Curitiba, a Semana Lixo Zero é promovida pelo Instituto Lixo Zero Brasil e acontece em mais de 12 cidades pelo país, durante os dias 21 a 30 de Outubro.

A iniciativa propõe uma programação recheada de debates, intervenções artísticas, oficinas e mostras culturais e ações comunitárias para repercutir a importância do Conceito Lixo Zero.

Ano passado, o evento passou a fazer parte do calendário oficial de eventos de Curitiba por meio da Lei Nº 14.767/2015.

A iniciativa, que já coorganizou mais de 50 eventos na cidade, em 2 anos, proporciona gratuitamente para a população de Curitiba dezenas de atividades culturais, de lazer, bem como eventos técnicos-científicos com o intuito de aproximar as pessoas do Conceito Lixo Zero e fomentar a mobilização social, a economia e o empreendedorismo Lixo Zero.

Todos os envolvidos são voluntários, que de alguma forma se identificam com o Conceito Lixo Zero e querem colocar a mão na massa para aumentar a conscientização da comunidade sobre a importância da boa separação de resíduos, da inovação, do trabalho comunitário, do empreendedorismo e da ação em coletivo por uma Curitiba Lixo Zero.



O objetivo da Semana Lixo Zero é dar visibilidade às boas práticas locais de reciclagem, reuso, ressignificação, redesign, compostagem, comunicação ambiental e gestão de resíduos, auxiliando a sociedade na transição para a economia circular e divulgando as instituições participantes.

Todas as atividades realizadas durante a **Semana Curitiba Lixo Zero 2016**, foram gratuitas e possibilitaram a participação de toda a família. Como por exemplo: os mutirões de limpeza em praças e parques; a mostra de arte sustentável ao lado do terminal da Cidade Industrial, que expôs o Museu do Lixo; a Mostra de documentários ambientais; entre outros.

Também foram realizadas: Oficinas de Compostagem pela cidade; coleta de resíduos tóxicos; concertos de música em espaços culturais; palestras sobre Reuso de Móveis; Oficinas de Arte com Resíduos em escolas; Encontro de Trocas de roupas, objetos e brinquedos no Passeio Público; Capacitação de Cooperativas

de Reciclagem; coleta de óleo vegetal; Evento Lixo Zero; Encontro para cocriar política públicas na área de consumo consciente; entre outros.

As ações da Semana Curitiba Lixo Zero 2016 contribuíram com as Metas 12.5 e 12.8 da Agenda 2030.

A Rede ODS Brasil foi representada por: Curitiba Lixo Zero; OXIL Brasil; Secretaria Municipal de Abastecimento de Curitiba; Setorial da Cultura Alimentar de Curitiba; Setorial de Cultura Sustentável de Curitiba; Sociedade Global; Voz das Gotas.

Também colaboram: 350.org; Banda The Cave Family; Bee Green; Bicletaria Cultural; Cohab; Coesus; Coletivo Atlas; Conselho Parlamentar da Paz

(CONPAZ); Cooperativa Corbelia; Das Nuvens; Design ao Vivo - Universidade Positivo; Escritório Verde UTFPR; Festival Musicletada; Fundação Cultural de Curitiba; Insight Social; Instituto Curitiba de Arte e Cultura (ICAC); Instituto Lixo Zero; Instituto Nhandecy; Instituto Pró Cidadania de Curitiba; Instituto Reverter; Mucha Tinta; Natur All Moda & Consciência; No Fracking; ONG Ecosustentável; Parceiros do Mar; Parque da Casa Gomm; Sarau Popular; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Meio Ambiente; URBS; Verde Laranja.

### Coletivo Curitiba Lixo Zero

#### VOCÊ SABIA?

O Conceito Lixo Zero é uma meta ética, econômica e visionária, que busca direcionar a humanidade para a prática do design sustentável, do consumo consciente, do reuso, da reciclagem e da compostagem de resíduos, fomentando a economia circular e eliminando as descargas de resíduos no ambiente. E está relacionado ao ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis



### Números 2016

- 57 instituições participantes
- 10.000 participantes diretos
  - Mais de 70 voluntários
  - Mais de 45 eventos
- Em 20 locais diferentes



INSTITUTO  
LIXO ZERO  
BRASIL

CURITIBA  
LIXO ZERO

REDE  
ODS  
BRASIL

## Glossário

**Agenda 2030:** Protocolo Internacional pactuado pelos Países Membros da ONU, em setembro de 2015, que estabeleceu a Agenda de Desenvolvimento para o período 2016 a 2030. É composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e tem como desafio mundial erradicar a extrema pobreza, até 2030.

**Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM):** 8 objetivos que compunham a Declaração do Milênio, Agenda de Desenvolvimento da ONU para o período 2000 a 2015 que tinha o desafio mundial de reduzir pela metade a fome e a extrema pobreza, até 2015. Os 8 ODM eram: 1 - Acabar com a fome e a miséria; 2 - Oferecer educação básica de qualidade para todos; 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde das gestantes; 6 - Combater a Aids, a malária e outras doenças; 7 - Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

**Princípio da Abundância:** atribui igual valor aos diferentes tipos de riqueza (contatos, saberes, recursos materiais, etc.) que cada membro oferta ao coletivo. E contribui com a Meta 17.17 da Agenda 2030.

**Rede ODS Brasil:** coletivo suprapartidário que promove diálogo intersetorial pautado nos Direitos Humanos e na Agenda 2030, fomentando a participação social para que esta qualifique a elaboração, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas alinhadas à Agenda 2030, assegurando o desenvolvimento humano, econômico, social, cultural e ambiental do país, de forma sustentável.

Acompanhe nossas atividades em [www.facebook.com/redeods.br](http://www.facebook.com/redeods.br)